Ata 2.702

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas e cinco minutos, reuniu-se ordinariamente na Câmara Municipal de Quatis, sob a presidência do vereador Alex Miller Alves d'Elias, e, constatado quórum regimental, com a presença dos vereadores, André Gomes Martins, Carlos Alberto Lopes Reygio, Francisco Antônio de Paula Franco, José Jadenilso da Silva, Luiz Fernando do Nascimento Faria, Maria Rosa dos Santos Elias, Nilde Hipólito Filho e Willian de Carvalho Rosário, instalou-se a septuagésima quinta ordinária da Terceira Sessão Legislativa - Oitava Legislatura. O presidente informou que a apreciação das atas dos dias e vinte e um e vinte e três de novembro será na próxima sessão e solicitou a leitura do expediente, poder executivo: ofício n.° 434/2023-GP, do prefeito municipal, encaminha a mensagem n.° 025/2023, que trata de projeto de lei n.° 055/2023, cuja ementa: "altera anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO 2024, constante da Lei Municipal n.° 1.263 de 21 de julho de 2023"; ofício n.° 435/2023-GP, do prefeito municipal, encaminha a mensagem n.° 026/2023, que trata de projeto de lei n.° 056/2023, cuja ementa: "altera a redação do § 2°do artigo 8° da Lei Municipal n.° 1.246 de 16 de dezembro de 2022"; ofício n.° 436/2023-GP, do prefeito municipal, encaminha a mensagem n.° 027/2023, que trata de projeto de lei n.° 057/2023, cuja ementa: "dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2022-2025 para o período 2024-2025"; ofício n.° 438/2023-GP, do prefeito municipal, encaminha o decreto n.° 3.245/2023 para ciência e informa que estão disponíveis no site oficial da Prefeitura de Quatis; ofício n.° 439/2023-GP, encaminha resposta ao requerimento n.° 040/2023 de autoria dos vereadores José Jadenilso da Silva, Maria Rosa dos Santos Elias e Nilde Hipólito Filho; poder legislativo: requerimento n.° 044/2023, autoria vereadores José Jadenilso da Silva, Maria Rosa dos Santos Elias e Nilde Hipólito Filho, "requer ao executivo municipal informações sobre a obra de terraplenagem no terreno onde será construído o Hospital Municipal de Quatis-RJ". Após leitura, o presidente colocou em votação quando registrou todos os votos favoráveis e declarou a aprovação do requerimento n.° 044/2023. Moção de congratulação n.° 083/2023, autoria vereador André Gomes Martins, "requer moção de congratulação ao senhor Adriano Costa Francisco". Após leitura e não havendo discussão, o

presidente colocou em votação quando registrou todos os votos favoráveis e declarou a aprovação da moção de congratulação n.° 083/2023. Passando a fase de indicações verbais, solicitou a manifestação dos interessados: o vereador Nilde Hipólito Filho indicou a instalação de cobertura na entrada Escola Edméa Dulce de Barros Franco. O vereador Luiz Fernando do Nascimento Faria fez duas indicações: implantação do Sistema Integrado de Saúde com prontuário de toda a rede de atenção à saúde incluindo a gestão de medicamentos; execução da Lei n.° 423, de 18 de agosto de 2004, "fica criado um Centro de Atendimento de Pequenas Emergências (CAPE)". O vereador Carlos Alberto Lopes Reygio fez duas indicações: possibilidade de retorno do atendimento de fisioterapia na Clínica da Família; realização de atividades no período de férias escolares. O presidente indicou a desobstrução da rede de esgoto no Condomínio Serra Bela, próximo ao número cem, Avenida Roberto Silveira - bairro Barrinha; informou posterior encaminhamento das indicações apresentadas ao executivo municipal e convidou o vereador Willian de Carvalho Rosário inscrito para uso da tribuna, da qual a fala segue transcrita: "Boa noite a todas e a todos! Já de antemão é peço desculpas pela lentidão talvez na fala por tá um pouco febril é desde ontem e um pouco fraco, mas não impediu que eu honrasse os compromissos hoje junto com o vereador Carlos Alberto na audiência pública é que tratava sobre eficiência energética aqui no nosso estado da crise energética aqui no nosso estado a gente estava com representantes da Light lá. Mas o que me traz hoje aqui ao uso da fala nesse tempo da tribuna é referente a semana passada no qual eu disse que utilizar pra poder esclarecer alguns pontos é e colocar algumas questões que eu considero é muito preocupantes quando se traz pra essa Casa. É primeiro de utilizar novamente um episódio aqui na Câmara Municipal quando fala sobre a tentativa de cassação e a fala repetitiva e tendenciosa sobre o beijo que houve aqui né que pra mim denota né um fundo né de preconceito, mas eu quero frisar uma coisa ninguém deixa de ser preconceito preconceituosa porque tem um irmão porque tem um tio isso não isso não abona em nada a conduta, a prática, a fala ela diz por você. Ah, eu não sou racista porque tenho um amigo negro! Isso não é condicionante pra que você deixe de ser um racista. Então quando se vem aqui nessa Casa Legislativa tratar sobre essa questão sobre beijo já deixei muito claro aqui sobre o requerimento totalmente infundado e sobre o dia de que se tratava de fato aqui esse evento que falava sobre política pública LGBTI+, inclusive todos foram convidados. Nesse evento é foi a terceira

participação que eu fiz eu fiz a participação em Resende, fiz a participação em Volta Redonda e ambos os dias eu falei sobre política pública o quanto a gente deveria ter nossa orçamento de equipamento profissionais avançar na legislação marcos legais e no último dia eu resolvi falar sobre afeto aí minha forma de demonstrar afeto foi abrir meu coração dentro dessa câmara por conta de abrir o coração e dá um um simples selinho foi dito para Quatis inteiro né que estava utilizando essa casa de forma errônea etc. Lembrando que essa casa é uma casa do povo do povo, do povo negro do povo LGBTI+ do de qualquer pessoa. Então não usem esse elemento porque não deveria ser na Casa porque cai por terra não é condicionante. É e sobre esse exatamente sobre o requerimento, requerimento ele foi feito administrativo aqui é baseado em três pontos e pra mim todos os pontos nos sustenta na esquina. O primeiro deles falou sobre uma moção uma homenagem que temos aqui a uma mulher trans no mês de no mês de março lembrando que já que estamos numa casa de leis e a gente deve né ter a prerrogativa de respeito às leis que hoje são vigentes no nosso país. A lei vigente hoje fala sobre retificação: aquela pessoa que por desejo, acima de dezoito anos de idade, quer retificar fazer alteração do seu nome ela pode fazer e a partir daquele momento ela tem um documento que comprova a sexualidade dela e também um novo nome dela. Com base nessa lei a gente fundamentou sim a homenagem a primeira mulher trans que ocupou um espaço numa multinacional e a gente não costuma ver isso em qualquer lugar não. Então o mérito dela não é desmérito pra outras mulheres pelo contrário a gente tem que se alegrar por uma pessoa que conseguiu ocupar um espaço que poucas pessoas ocupam lembrando que eu já disse aqui nessa Casa Legislativa sobre a estatística são dados sobre a população trans no nosso país que tem expectativa de vida de trinta e cinco anos de idade, repito trinta e cinco anos de idade. Então sempre que eu puder me utilizar nosso mandado pra exaltar essas pessoas que são marginalizadas mesmo quando ocupam um espaço que poucas pessoas poderiam ocupar eu vou utilizar pra exaltar sim, que é uma pessoa merecedora pela conquista que teve e ainda ocupa esse espaço. A segunda, a segunda colocação foi utilização de uma bandeira falam de uma bandeira ideológica aqui dentro da Câmara Municipal, presidente, que não podia fixar etc. Como essa Câmara é uma Câmara do povo qualquer grupo qualquer pessoa que quiser utilizar esse espaço a gente vai abrir esse espaço pra falar sobre ainda mais sobre avanço da política pública sobre acesso à política pública né. Então aqui abrimos pra muitas

pessoas o ano passado, o presidente também faz isso aqui com com o cinema com as crianças e pra várias reuniões, e uma delas a gente teve com o movimento aqui o Assentamento Irmã Dorothy é no qual no final do evento, no final do evento eles disseram: vamos tirar uma foto? Falei vamos tirar uma foto. Pegaram uma bandeira e colocaram a bandeira assim na frente da foto e tiraram uma foto, somente isso. Qual foi a justificativa dentro do requerimento? Não se pode colocar bandeira ideológica na Câmara Municipal. Pera aí! A Câmara não é um espaço pra todos? E o que o Assentamento Irmã Dorothy e o que o movimento MST faz é tentar garantir algo previsto na Constituição que a função social da terra. Não tinha ninguém quebrando nada aqui não tinha, o contrário falando sobre o avanço da política pública. Mais um elemento infundado. E o outro que comecei a falar no início sobre o beijo. Então é uma série de absurdos colocaram no requerimento que fizeram um escarcéu soltaram até fogos aqui no dia da cassação etc. né vamos tirar esse garoto que ameaça aí se autoafirmando muitas vezes quem ele é!? E eu faço isso! Uma coisa que me disseram logo no início quando a gente chegou aqui na Casa Legislativa era o seguinte: não deixe de ser quem você é, não perca seu brilho! Eu não vou perder, eu não vou deixar de ser quem eu sou, eu vou continuar defendendo a população LGBTI+, eu vou continuar falando e defendendo o assentamento, eu vou continuar sim levantando pauta pra mulheres aqui na aqui na Casa e propondo projeto de lei de fato como eu já fiz e falar do principal da coletividade. Os a prática que acaba levando a vocês a obstruir o espaço da Câmara é quando vocês falam que eu fiquei triste na última sessão e tudo mais. É triste pela reprovação só do projeto porque realmente é triste, mas a prática essa prática de obstrução é confirmada pelo discurso de vocês de um protesto contra contra o executivo municipal é e também de observar que a Mesa não tava em sua totalidade aqui denotam que nós nos movimentamos devido a ter um desfalque então por isso a gente vai tentar jogar o Willian pra aquele canto ali pra ver qual o qual é o que ele vai fazer vamos observar a ação. Percebam que uma ação como essa não deixa em evidência nenhum momento a coletividade um movimento como esse é o movimento político pessoal, não é coletivo. E o nosso trabalho nessa Casa não é lutar pelo uma coletividade não é preconizar que as políticas públicas cheguem de forma né concisa e estruturante para as pessoas? Faço um pedido a vocês né que tem a prática de obstrução que por favor repensem essa prática porque como vocês eu também posso ter divergências com o executivo assim como qualquer

outro vereador em alguns pontos, mas essa divergência ela não pode sobrepor o interesse do povo e da coletividade. Então quando há algum projeto que se demonstra um grande avanço pro município a gente faz mudanças a gente propõe alteração, mas a gente não vota contra ou não faz obstrução. Aí o nosso movimento acaba sendo de prejudicar uma população como um todo. É eu sei que talvez na fala de vocês são falar sobre o requerimento a gente tem hoje mais uma vez um requerimento aprovado aqui na Câmara Municipal demonstrando novamente de forma prática que a gente não tá levando somente pela questão política porque dois mil e vinte e um aprovamos todos, dois mil e vinte e dois aprovamos todos e esse ano várias vezes eu pontuei: "olha esse requerimento não tá escrito certo", inclusive meu assessor fazia isso quando via alguém alguém de vocês eu pontuava isso "tá errado aqui" e alguns realmente não estavam escrito de forma correta e por conta disso eu falava "olha, não concordo". É importante a gente levar à tona novamente colocar em evidência o quanto e porque estamos aqui que é pra trabalhar pra uma coletividade não fazer desse espaço da tribuna um palanque político etc. porque a política em si né da do fato de pedir votos começa lá o ano que vem dois mil e vinte e quatro nos seus quarenta e cinco dias a partir de agosto mais ou menos. Por enquanto o que a gente tem que pensar e praticar aqui é justamente a questão de política pública exaltando a coletividade. É também quero pontuar aqui na gestão dois mil e vinte e dois é conseguimos fazer bastante avanço nessa Casa e me espantou muito a reprovação de vocês em relação a nossa prestação de contas aqui referente a todo o material né que a gente chegou a fazer doação inclusive pro Centro LGBT aqui na cidade é e vocês eu não entendi até hoje se puderem usar a fala pra poder me explicar queria muito saber porque votaram contra qual elemento vocês acharam dentro do documento que comprova isso porque se for político sabem que não é não é interesse público isso. Tem que ter tem que ter algo conciso, tem que ter dados quero muito que use uma fala pra me explicar, por favor! É, ah, em relação também ao projeto que foi né não aprovado na semana passada sobre uso do nome social é peço a cada um de vocês que retornem a sessão no dia vinte e sete de abril vão lá no Youtube tá disponível até hoje lá pra todo mundo vai lá no YouTube e frisem na minha fala que eu digo pra cada um de vocês: quem tiver alguma dúvida eu estou à disposição pra falar sobre cada projeto. No dia vinte e sete de abril, então essa narrativa de que: "ah, você não procurou a gente não ofereceu ajuda" também cai por terra, gente! Eu me coloquei à

disposição o tempo todo de vocês só que quem quer conhecimento e quem pensa na coletividade busca uma resposta não senta e fica esperando as coisas acontecerem. Vai buscar resposta e conhecimento pra chegar aqui e debater com dados e com algo profundo mesmo sem fazer nenhum tipo de politicagem. Presidente, termino minha fala por aqui. Obrigado!" Em seguida, o presidente passou a palavra ao vereador André, mas logo se desculpou e passou a ordem do dia: projeto de lei complementar n.° 008/2023, autoria executivo municipal, "autoriza o município de Quatis-RJ a conceder os serviços públicos de transporte coletivo, urbano e rural, de passageiros e dá outras providências", parecer conjunto n.° 078/2023 às emendas verbais aditivas, exarado pelas Comissões de Justiça, Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e de Obras e Serviços Públicos, com voto favorável para deliberação em plenário. Após leitura do parecer, o primeiro secretário solicitou dispensa da leitura da redação final do projeto de lei em razão de os vereadores possuírem cópia, de estar disponível no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e de ocorrência de sua leitura em sessões anteriores. O presidente colocou a solicitação em votação sendo aprovada e não havendo discussão colocou a matéria em votação nominal quando registrou cinco votos favoráveis (vereadores Willian de Carvalho Rosário, André Gomes Martins, Luiz Fernando do Nascimento Faria, Carlos Alberto Lopes Reygio e o próprio) e quatro votos contrários (vereadores José Jadenilso da Silva, Nilde Hipólito Filho, Maria Rosa dos Santos Elias e Francisco Antônio de Paula Franco); esclareceu que projeto de lei complementar tem o quórum de votação de maioria absoluta e por isso o presidente vota; e declarou a aprovação do projeto de lei complementar n.° 008/2023. Neste momento, o vereador José Jadenilso da Silva se dirigiu ao presidente apresentando questão de ordem em atenção ao artigo trezentos e setenta e três que pede dois terços para concessão de bens públicos e falou para pedir encaminhamentos junto ao procurador. O presidente respondeu que em caso de dúvida o vereador poderia abrir processo administrativo. De imediato o vereador discordou falando que o presidente estava indo contra o Regimento Interno. O presidente chamou a próxima matéria em pauta, projeto de lei n.° 051/2023, porém o vereador José Jadenilso da Silva prosseguiu com a fala discordante afirmando que o presidente ia contra o artigo trezentos e setenta e três do Regimento Interno, solicitou registro em ata e pediu que a assistente de plenário (Gil) orientasse ao presidente por estar em dissonância com a Lei Orgânica em seu artigo

sessenta e quatro, e também questionou a ausência do jurídico. A partir deste momento os vereadores Nilde Hipólito Filho e Francisco Antônio de Paula Franco se manifestaram perguntando onde estava o jurídico da Casa e o vereador José Jadenilso da Silva continuou falando que não podia acontecer. O presidente informou que o vereador poderia questionar administrativamente com abertura de processo. O vereador Nilde Hipólito Filho voltou a questionar a ausência do jurídico da Casa e o vereador José Jadenilso da Silva se exaltou pedindo registro em ata afirmando que o presidente não podia fazê-lo e o presidente perguntou porque o vereador estava gritando. O vereador José Jadenilso da Silva falou que o Regimento Interno precisava ser respeitado. O presidente respondeu que a Lei Orgânica está acima do Regimento Interno, o vereador Francisco Antônio de Paula Franco discordou e o vereador José Jadenilso da Silva concordou com o presidente respondendo que o Regimento Interno é o mantra da Casa. Novamente o presidente declarou a aprovação do projeto de lei complementar n.° 008/2023 e os vereadores José Jadenilso da Silva e Nilde Hipólito Filho responderam que não estava aprovado porque não podia aprovar o projeto, que estava em dissonância e perguntaram várias vezes onde estava o jurídico da Casa. O presidente falou que vereador tem o direito de questionar. O vereador Francisco Antônio de Paula Franco voltou a questionar sobre a presença do jurídico na Casa. O presidente falou sobre sua prerrogativa de aprovar ou não, e o vereador Nilde Hipólito Filho respondeu que o presidente não podia ir contra o Regimento. O presidente falou para o vereador entrar na justiça e o vereador Nilde Hipólito Filho falou em tom elevado perguntando o que eles (vereadores) faziam na Casa e onde estava o jurídico. O presidente citou a soberania do plenário e perguntou duas vezes porque o vereador estava nervoso. O vereador Nilde Hipólito filho respondeu que ninguém estava nervoso e novamente questionou onde estava o jurídico. O presidente disse que o vereador Nilde Hipólito Filho não precisava brigar porque estavam numa Casa de debates. Então o vereador citado novamente perguntou do jurídico e o presidente disse que estava aprovado e ponto final; o vereador Nilde Hipólito Filho disse que não podia ser sendo seguido pela fala do vereador José Jadenilso da Silva que também discordou do presidente e acionou a assistente de plenário (Gil) que após autorização da presidência explicou que a Lei Orgânica é superior ao Regimento Interno, mas teve a fala interrompida em razão de o vereador José Jadenilso da Silva falar simultaneamente e

mencionar que poderiam ter saído porque não teria quórum e o presidente respondeu que teriam quórum porque eram cinco votos. Novamente com a fala a assistente de plenário disse que o Regimento estava conflitando a Lei Orgânica e o vereador José Jadenilso da Silva concordou e continuou falando sobre a questão diante da necessidade de alinhamento; o vereador Nilde Hipólito Filho continuou afirmando que não podia tal situação. O presidente afirmou que a Lei Orgânica é superior e suspendeu a sessão por cinco minutos. Retornando com a sessão, o presidente fez esclarecimento relacionado ao quórum de votação aos espectadores remotos informando que no Regimento Interno o artigo cinquenta e sete diz que é maioria absoluta e no artigo trezentos e setenta e três diz que é dois terços; já a Lei Orgânica em seu artigo sessenta a quatro diz que é maioria absoluta, prevalecendo o disposto na Lei Orgânica. Projeto de lei n.° 051/2023, autoria executivo municipal, "altera as leis municipais n.° 006, de 10 de fevereiro de 1993 e n.° 1.102, de 19 de dezembro de 2019 e dá outras providências", parecer conjunto n.° 076/2023 exarado pelas Comissões de Justiça, Constituição e Justiça e de Defesa do Trabalho e Renda, com emendas modificativas/aditivas e voto favorável para deliberação em plenário. Após leitura do parecer, o primeiro secretário solicitou dispensa da leitura da redação final do projeto de lei e anexos em razão de os vereadores possuírem cópia e de estar disponível no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL). O presidente colocou a solicitação em votação sendo aprovada e em seguida colocou a matéria em discussão quando ocorreram as seguintes falas: José Jadenilso da Silva questionou aos membros da Mesa, que assinaram a matéria, sobre a alteração na cobrança do alvará, a qual classificou como repentina, passando de anual (automático) para três anos e apontou que a Lei de mil novecentos e noventa três não trata do assunto citado e ponderou que tal fato sobrecarregará os lojistas, que são os maiores empregadores do município depois da prefeitura. Nilde Hipólito Filho perguntou ao vereador André se os comerciantes e CDL tinham ciência da votação do projeto considerando o acordado durante a reunião realizada na Casa. André Gomes Martins respondeu que na reunião a sugestão dos lojistas para o alvará era de tempo indeterminado e os vereadores em conjunto ao executivo conseguiram a extensão do tempo para três anos, ou seja, passou de anual para trienal; e sobre a renovação automática, outra proposta dos lojistas, também atenderam. Nilde Hipólito Filho novamente perguntou se os lojistas tinham ciência do projeto porque teria outra reunião conforme o

último encontro ocorrido em menos de uma semana. José Jadenilso da Silva disse que a Lei de mil novecentos e noventa e três não tinha nenhuma das imposições existentes no atual projeto e colocou que nestes pontos constava sua dúvida. Francisco Antônio de Paula Franco pediu que respondessem à pergunta do vereador Nilde sobre a CDL estar ciente da votação do projeto. Nilde Hipólito Filho perguntou aos vereadores Carlos Alberto, Maninho e André sobre a ciência da CDL. Alex Miller Alves d'Elias informou que estava na primeira reunião e o alvará passou de um ano para três anos com renovação automática, o que classificou como evolução. Enquanto presidente informou que vota a matéria por ter quórum de maioria absoluta e explicou que o momento de discussão é voltado ao projeto e nenhum vereador tinha obrigação de responder outras questões. André Gomes Martins respondeu que o presidente da CDL, Willian, tinha ciência da votação com a proposta de três anos e renovação automática, mas pontuou que os votos são decididos pelos vereadores. Finalizada a discussão, o presidente colocou em votação nominal quando registrou: os votos favoráveis dos vereadores Willian de Carvalho Rosário, André Gomes Martins, Luiz Fernando do Nascimento Faria, Carlos Alberto Lopes Reygio e o próprio totalizando cinco votos favoráveis; a tentativa de obstrução pelos vereadores José Jadenilso da Silva, Nilde Hipólito Filho, Maria Rosa dos Santos Elias e Francisco Antônio de Paula Franco que se retiraram do plenário; e declarou aprovado o projeto de lei n.° 051/2023. Ato contínuo constatada a ausência de inscrições para explicações pessoais declarou a palavra livre, da qual as falas seguem resumidamente: o vereador Willian de Carvalho Rosário aludindo ao dia vinte e cinco de novembro, quando o município completou trinta e dois anos de emancipação, agradeceu a todos os gestores que fizeram o melhor para crescimento da cidade estendendo a todos os legisladores que também contribuíram e falou sobre as pessoas e seu acolhimento serem o maior tesouro da cidade. Parabenizou a Guarda Municipal e o policiamento da Expo Quatis e à gestão Aluísio pelo excelente evento, no qual participou, que contou com a parceria do Governo do Estado através da Funarj. Repassou o pedido da população ao prefeito para que o cantor Thiago Martins retorne para o carnaval da cidade. Com relação à Cultura comunicou participação no grupo "Comunidade Cultural" que busca informações relativas aos avanços necessários no município e por isso estará na próxima semana na Secretaria de Cultura buscando explicações sobre a aplicação da Lei Paulo Gustavo no que se refere ao edital.

O vereador André Gomes Martins parabenizou a cidade pelo aniversário estendendo a toda equipe que trabalhou no evento que teve oportunidade de participar na sexta-feira. Falou sobre a equipe do Fúria, recente campeã da TV Rio Sul, mencionando a tremenda dificuldade em garantir a participação dos jovens nas competições e mesmo assim também foram campeões na categoria sub-20. E por isso convidou a todos a participar da final na próxima sexta-feira no Estádio Raulino de Oliveira que será um momento único para os atletas. Quanto às dificuldades em realizar o trabalho social reafirmou fala do colega Luiz Fernando: "não pode e não vai parar". O vereador José Jadenilso da Silva saudou o presidente e demais pares. Em resposta ao presidente reconheceu que estava na atualização do Regimento Interno na última gestão, mas era minoria. Externou tristeza por ter se exaltado sendo seguidor do Regimento Interno e por isso se sentiu amputado pela aprovação da matéria, sendo colocado para reivindicarem a não aprovação. Ao vereador André, próximo presidente, falou da necessidade de fazer alinhamento da Lei Orgânica e Regimento Interno, a exemplo do que ocorre na parte de votação das medalhas e títulos de cidadania quatiense. Disse ainda que o presidente deveria ter sensatez para evitar o ocorrido na sessão fazendo o referido alinhamento antes da trazer a matéria, porém afirmou que não existe ninguém para orientar a presidência. Sobre todo o ruído ocorrido na sessão no qual o procurador achou que havia levantado a voz respondeu que tinha o hábito de falar alto e se não tivesse satisfeito poderia se retirar, pois não gosta e nem quer desrespeitar ou ser desrespeitado; e sempre procura seguir o Regimento Interno, porém se sentiu roubado e o presidente orientou a procurar as vias de fatos para correção. Com relação à fala do vereador Nilde sobre a questão da CDL e o presidente colocou que o momento era para a discussão do projeto concordou com a fala do presidente, mas ressaltou que a CDL faz parte dos lojistas, estava englobada e não poderia mencionar tanto que chamou o vereador André na conversa. O vereador Nilde Hipólito Filho saudou o presidente e demais pares. Falou diretamente ao presidente afirmando que antes de participar da Mesa várias vezes desrespeitou o vereador Francisco como idoso; sempre o questiona sobre estar nervoso durante seu momento de fala e cobrou principalmente educação enquanto líder dos vereadores porque faz deboche rindo das falas dos pares. Sobre isso disse que o presidente é um mentiroso, já falou mentira, e é um crente sem vergonha porque não exerce a crença direito. Também colocou que o presidente tem que respeitar os pares

e não respeita nem os amigos e o que o manda é o que o irmão dele pensa principalmente na discussão, exemplificando com o ocorrido hoje em que o presidente não deixou o vereador Maninho falar durante a discussão do projeto. Falou que o presidente, o irmão (prefeito) e a turma de técnico da prefeitura (os puxa-sacos) tentou fechar o campo. Reafirmou que o presidente ajudou a fechar o local, mas estava lá jogando bola. O presidente interrompeu a fala do vereador e respondeu que continuará indo. O vereador Nilde Hipólito Filho continuou com a palavra e disse para o presidente continuar porque o local é público e também pra ver as famílias que frequentam e assim não tentar fechar de novo. Neste momento o presidente questionou e o vereador respondeu afirmativamente que o presidente tentou fechar o campo junto com o irmão e corja. Finalizou dizendo como o presidente era debochado e sem vergonha, crente sem vergonha. A vereadora Maria Rosa dos Santos Elias agradeceu ao presidente. O vereador Francisco Antônio de Paula Franco agradeceu. O vereador Luiz Fernando do Nascimento Faria saudou o presidente, vereadores, vereadora e espectadores (remotos e presentes) mencionando o Flaviano (prata da casa). Destacou a consulta realizada na Clínica da Família, na tarde corrente, quando conheceu a nova médica clínica geral doutora Joice e toda a equipe e estrutura do local e presenciou a satisfação dos usuários demostrando o acerto do prefeito, ao qual parabenizou estendendo ao secretário Lucas e equipe. Ainda sobre a médica convidou a todos a conhecerem a profissional a qual elogiou o trabalho. O vereador Carlos Alberto Lopes Reygio saudou todos e registrou a presença junto ao vereador Willian na audiência pública na ALERJ para tratar da crise energética que assola todo o estado, principalmente a cidade e região; agradeceu a oportunidade de representar o município e levar as demandas, tais como a necessidade de melhorias no fornecimento de energia. Salientou a importância do projeto de lei relativo à concessão do transporte público no município que dará dignidade a população. A respeito do projeto sobre o alvará relatou participação nas reuniões realizadas quando debateram os assuntos pertinentes assim como o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC de acessibilidade das lojas e cumprimento das leis impostas pela Receita Federal e CNAE; sobre o tempo do alvará ressaltou que independente deste haverá fiscalização constante a fim de evitar possíveis tragédias. O presidente, vereador Alex Miller Alves d'Elias, saudou todos. Iniciou falando da dificuldade de estar na Casa sofrendo ofensas. Sobre ser cristão colocou como uma

questão particular e explicou que ser cristão (ou crente como falado pelo par) é uma conversão e vem buscando todos os dias negar a si mesmo para viver o evangelho; e quanto a não julgar as pessoas questionou se o vereador já se autoanalisou. Com relação ao requerimento questionou o fracionamento que classificou como tentativa de atrapalhar o trabalho e adiantou que rejeitará todos no próximo ano. Quanto ao acontecido relativo à Lei Orgânica e Regimento Interno explicou que a regulamentação precisa de seis votos e os pares votarem contra tudo, independentemente de qualquer circunstância. Retomou o ocorrido na sessão anterior quando houve tentativa de diminuir a Mesa trazendo a questão da cassação do vereador Willian, mas apontou que até então quem fez o requerimento na Casa é aliado da oposição. Sobre a Mesa afirmou união no presente a qual continuará no próximo ano e disse que ataques pessoais demonstram desespero e não se sente ofendido porque só deve satisfação a Deus que sabe do seu caminhar em Cristo. Em resposta a fala de quem diz seguir o Regimento Interno lembrou que no ano de dois mil e vinte e um vários projetos foram votados sem assinatura sendo questionado em plenário pelo vereador Francisco. Falou com orgulho sobre o fato de nenhum projeto subir sem assinatura em sua gestão. Citou a interpretação do Regimento Interno a respeito das contas do ex-prefeito Bruno sobre divergência no prazo quando o jurídico da Casa em dois mil e vinte e um optou pelo disposto na Lei Orgânica. Colocou como desnecessária tanta discussão considerando que a Lei Orgânica é maior que o Regimento Interno e propôs aos pares a revisão do último no próximo ano. Em seguida agradeceu a presença de todos convidando para a próxima sessão no dia trinta de novembro. Sem mais declarou a sessão encerrada e eu, Greiziéle Maria da Silva Alfredo, oficial de ata desta Casa Legislativa, lavrei a presente Ata que será assinada pelo presidente e secretários na forma do parágrafo treze do artigo duzentos e vinte e um do Regimento Interno.

Alex Miller Alves d'Elias
Presidente

Luiz Fernando do Nascimento Faria
Primeiro secretário

Willian de Carvalho Rosário
Segundo secretário